



COMISSÃO  
EUROPEIA

Bruxelas, XXX  
[...] (2024) XXX draft

ANNEX

**SENSITIVE\***  
*UNTIL ADOPTION*

**ANEXO**

**da**

**COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO**

**Aprovação do teor de um projeto de Regulamento da Comissão que altera o Regulamento (UE) n.º 1408/2013 da Comissão, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios de minimis no setor agrícola**

---

\* Distribution only on a 'Need to know' basis - Do not read or carry openly in public places. Must be stored securely and encrypted in storage and transmission. Destroy copies by shredding or secure deletion. Full handling instructions <https://europa.eu/db43PX>

## **ANEXO**

### **REGULAMENTO (UE) .../... DA COMISSÃO**

**de XXX**

**que altera o Regulamento (UE) n.º 1408/2013, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios *de minimis* no setor agrícola**

### **PROJETO**

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nomeadamente o artigo 108.º, n.º 4,

Tendo em conta o Regulamento (UE) 2015/1588 do Conselho, de 13 de julho de 2015, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia a determinadas categorias de auxílios estatais horizontais<sup>1</sup>,

Após consulta do Comité Consultivo em matéria de auxílios estatais,

Considerando o seguinte:

- (1) Tendo em conta a experiência obtida com a aplicação do Regulamento (UE) n.º 1408/2013<sup>2</sup>, é conveniente aumentar para 37 000 EUR o limite máximo dos auxílios *de minimis* que uma empresa única pode receber por Estado-Membro durante um período de três anos. Esse limite máximo reflete a inflação verificada desde a alteração do Regulamento (UE) n.º 1408/2013 em 2019<sup>3</sup> e a evolução esperada durante o período de vigência do mesmo regulamento. Esse limite máximo é necessário para garantir que as medidas abrangidas pelo Regulamento (UE) n.º 1408/2013 não têm qualquer efeito sobre as trocas comerciais entre Estados-Membros e não falseiam nem ameaçam falsear a concorrência.
- (2) Tendo em conta a obrigação de inscrever num registo central a nível nacional ou da União informações sobre os auxílios *de minimis* concedidos, é conveniente calcular o limite máximo nacional como 1,5 % da média dos três valores mais elevados da produção anual por Estado-Membro, em conformidade com o método de cálculo utilizado no passado para os Estados-Membros com um registo central voluntário. É igualmente conveniente adaptar o cálculo do limite máximo nacional para ter em conta os anos mais recentes, em consonância com o período de vigência do Regulamento (UE) n.º 1408/2013. Tendo em conta o que precede, o período utilizado para calcular a

---

<sup>1</sup> JO L 248 de 24.9.2015, p. 1.

<sup>2</sup> Regulamento (UE) n.º 1408/2013 da Comissão, de 18 de dezembro de 2013, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios *de minimis* no setor agrícola (JO L 352 de 24.12.2013, p. 9).

<sup>3</sup> Pelo Regulamento (UE) 2019/316 da Comissão, de 21 de fevereiro de 2019, que altera o Regulamento (UE) n.º 1408/2013 da Comissão, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios *de minimis* no setor agrícola (JO L 51I de 22.2.2019, p. 1).

média dos valores mais elevados da produção agrícola anual deve ser alargado para 2012-2023.

- (3) A experiência adquirida desde a aplicação do Regulamento (UE) n.º 1408/2013 revelou que a concentração dos auxílios *de minimis* num determinado setor de produtos pode conduzir a uma distorção da concorrência e das trocas comerciais. Por conseguinte, deve continuar a aplicar-se um limite máximo setorial que impeça os Estados-Membros de concederem mais de 50 % do montante cumulado total dos auxílios *de minimis* durante um período de três anos a favor de medidas que beneficiem apenas um setor de produtos específico. O limite máximo setorial deve assegurar que as medidas abrangidas pelo Regulamento (UE) n.º 1408/2013 não têm qualquer efeito nas trocas comerciais entre Estados-Membros, nem falseiam ou ameaçam falsear a concorrência.
- (4) Os critérios para a determinação do equivalente-subvenção bruto dos empréstimos e das garantias devem ser ajustados de acordo com os limites máximos *de minimis* aumentados.
- (5) A fim de garantir a consonância com o Regulamento (UE) 2023/2831 da Comissão<sup>4</sup>, o período a ter em conta para efeitos da avaliação do cumprimento dos limites máximos estabelecidos no Regulamento (UE) n.º 1408/2013 deve ser alterado de três exercícios financeiros para três anos. Esse período deve ser apreciado numa base móvel. Por cada nova concessão de um auxílio *de minimis*, deve ser tido em conta o montante total dos auxílios *de minimis* concedidos nos últimos três anos.
- (6) A Comissão tem o dever de assegurar a observância das regras em matéria de auxílios estatais e que estas são conformes ao princípio da cooperação leal consagrado no artigo 4.º, n.º 3, do Tratado da União Europeia. Os Estados-Membros devem facilitar o cumprimento desta tarefa, criando as ferramentas necessárias para garantir que o montante total dos auxílios *de minimis* concedidos a uma empresa única no âmbito da regra *de minimis*, bem como o montante cumulado dos auxílios *de minimis* concedidos por Estado-Membro («limite máximo nacional») não excede o limite máximo global autorizado. Os Estados-Membros devem controlar os auxílios concedidos, a fim de assegurar que não são excedidos estes limites máximos e que são cumpridas as regras em matéria de cumulação. Para dar cumprimento a essa obrigação e garantir a consonância com o Regulamento (UE) 2023/2831 da Comissão, os Estados-Membros devem fornecer informações completas sobre os auxílios *de minimis* concedidos num registo central a nível da nacional ou da União, o mais tardar, a partir de 1 de janeiro de 2026, e verificar que qualquer nova concessão de auxílios e o limite máximo nacional não excede o limite máximo estabelecido no Regulamento (UE) n.º 1408/2013. O registo central contribuirá para reduzir os encargos administrativos para as empresas. Estas deixarão de ser obrigadas a acompanhar e a declarar quaisquer outros auxílios *de minimis* recebidos, assim que o registo central contiver dados para um período de três anos. Para efeitos do Regulamento (UE) n.º 1408/2013, o controlo do respeito dos limites máximos estabelecidos no mesmo baseia-se, em princípio, nas informações incluídas no registo central.
- (7) Cada Estado-Membro pode criar um registo central nacional. Os registos centrais nacionais existentes que satisfaçam os requisitos estabelecidos no Regulamento (UE) n.º 1408/2013 podem continuar a ser utilizados. A Comissão criará um registo central

---

<sup>4</sup> Regulamento (UE) 2023/2831 da Comissão, de 13 de dezembro de 2023, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios *de minimis* (JO L, 2023/2831, 15.12.2023, ELI: <http://data.europa.eu/eli/reg/2023/2831/oj>).

a nível da União que pode ser utilizado pelos Estados-Membros a partir de 1 de janeiro de 2026.

- (8) Tendo em conta que os encargos administrativos e os obstáculos regulamentares constituem um problema para a maioria das PME e que a Comissão pretende reduzir em 25 % os encargos decorrentes dos requisitos de comunicação de informações<sup>5</sup>, qualquer registo central deve ser criado de forma a reduzir os encargos administrativos. As boas práticas administrativas, como as estabelecidas no Regulamento Plataforma Digital Única<sup>6</sup>, podem ser utilizadas como referência para a criação e o funcionamento do registo central a nível da União e dos registos centrais nacionais.
- (9) As regras em matéria de transparência visam garantir um melhor cumprimento das regras, uma maior responsabilização, a avaliação interpares e, em última análise, uma maior eficácia das despesas públicas. A publicação, num registo central, do nome do beneficiário do auxílio serve o interesse legítimo em termos de transparência ao prestar informações ao público sobre a utilização de fundos dos Estados-Membros. Esta publicação não interfere indevidamente com o direito dos beneficiários à proteção dos seus dados pessoais, desde que a publicação no registo central de dados pessoais cumpra as regras da União em matéria de proteção de dados<sup>7</sup>. Os Estados-Membros devem ter a possibilidade de pseudonimizar entradas específicas, sempre que necessário, tendo em vista o cumprimento das regras da União em matéria de proteção de dados.
- (10) Tendo em conta a necessidade crescente de recurso aos auxílios *de minimis*, e dado que os atuais limites máximos são excessivamente restritivos, importa alterar o Regulamento (UE) n.º 1408/2013 antes do termo do seu período de vigência, ou seja, 31 de dezembro de 2027. O período de vigência do Regulamento (UE) n.º 1408/2013 deve ser prorrogado até 31 de dezembro de 2032.
- (11) O Regulamento (UE) n.º 1408/2013 deve, por conseguinte, ser alterado em conformidade,

ADOTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

### *Artigo 1.º*

O Regulamento (UE) n.º 1408/2013 é alterado do seguinte modo:

- 1) No artigo 1.º, n.º 1, alínea b), a nota de rodapé passa a ter a seguinte redação:

---

<sup>5</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre o pacote de medidas de apoio às PME [COM(2023) 535 final].

<sup>6</sup> Regulamento (UE) 2018/1724 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 2 de outubro de 2018, relativo à criação de uma plataforma digital única para a prestação de acesso a informações, a procedimentos e a serviços de assistência e de resolução de problemas, e que altera o Regulamento (UE) n.º 1024/2012 ([JO L 295 de 21.11.2018, p. 1](#)).

<sup>7</sup> Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) ([JO L 119 de 4.5.2016, p. 1](#)); Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 45/2001 e a Decisão n.º 1247/2002/CE ([JO L 295 de 21.11.2018, p. 39](#)).

«(\*) Em conformidade com o Acordo sobre a Saída do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte da União Europeia e da Comunidade Europeia da Energia Atómica (Acordo de Saída), nomeadamente o artigo 10.º do Quadro de Windsor e o seu anexo 5 (ver Declaração Comum n.º 1/2023 da União e do Reino Unido no Comité Misto criado pelo Acordo de Saída, de 24 de março de 2023, JO L 102 de 17.4.2023, p. 87), certas disposições do direito da União relativas aos auxílios estatais no que diz respeito a medidas que afetem as trocas comerciais entre a Irlanda do Norte e a União continuam a aplicar-se ao Reino Unido, para efeitos do presente regulamento, qualquer referência deve ser entendida como incluindo o Reino Unido no que diz respeito à Irlanda do Norte.»;

2) No artigo 2.º, o n.º 4 passa a ter a seguinte redação:

«4. Para efeitos do presente regulamento, entende-se por «limite máximo setorial» o montante de auxílio cumulado máximo aplicável às medidas de auxílio que beneficiem um único setor de produtos, o que corresponde a 50 % do montante máximo dos auxílios *de minimis* concedidos por Estado-Membro indicado no anexo do presente regulamento.»;

3) O artigo 3.º passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 3.º  
*Auxílios de minimis*

1. Considera-se que as medidas de auxílio não preenchem todos os critérios estabelecidos no artigo 107.º, n.º 1, do Tratado, pelo que estão isentas da obrigação de notificação prevista no artigo 108.º, n.º 3, do Tratado, se reunirem as condições estabelecidas no presente regulamento.
2. O montante total dos auxílios *de minimis* concedidos por Estado-Membro a uma empresa única não pode exceder 37 000 EUR durante um período de três anos.
3. O montante cumulado dos auxílios *de minimis* concedidos por Estado-Membro a empresas que operam na produção primária de produtos agrícolas durante um período de três anos não pode exceder o limite máximo nacional estabelecido no anexo.
4. O montante cumulado total de medidas de auxílio que beneficiem um único setor de produtos concedido durante um período de três anos não pode exceder o limite máximo setorial fixado no artigo 2.º, n.º 4.
5. O auxílio *de minimis* considera-se concedido no momento em que é conferido à empresa o direito legal a recebê-lo, em virtude do regime jurídico nacional aplicável, independentemente da data do pagamento do auxílio *de minimis* à empresa.
6. Os limites máximos *de minimis*, setoriais e nacionais, referidos nos n.ºs 2, 3 e 4 aplicam-se qualquer que seja a forma dos auxílios *de minimis* ou o objetivo prosseguido, e independentemente do facto de os auxílios concedidos pelo Estado-Membro serem financiados, no todo ou em parte, por recursos da União.
7. Para os efeitos dos limites máximos *de minimis*, setoriais e nacionais, referidos nos n.ºs 2, 3 e 4, os auxílios devem ser expressos em termos de subvenção pecuniária. Todos os valores utilizados devem ser montantes brutos, ou seja, antes da dedução de impostos ou outros encargos. Se o auxílio for concedido sob forma diferente da subvenção, o seu montante deve ser o equivalente-subvenção bruto do auxílio.

8. O valor dos auxílios a pagar em várias prestações é o seu valor atualizado reportado ao momento da concessão. A taxa de juro a utilizar para efeitos de atualização é a taxa de atualização aplicável no momento da concessão do auxílio.
  9. Se os limites máximos *de minimis*, setoriais e nacionais, referidos nos n.ºs 2, 3 e 4 forem excedidos pela concessão de novos auxílios *de minimis*, nenhum dos novos auxílios pode beneficiar do disposto no presente regulamento.
  10. Em caso de fusão ou de aquisição, devem ser tidos em conta todos os auxílios *de minimis* anteriormente concedidos a qualquer uma das empresas objeto da operação para determinar se a concessão de um novo auxílio *de minimis* à nova empresa ou à empresa adquirente excede os limites máximos *de minimis*, setoriais ou nacionais, aplicáveis. Os auxílios *de minimis* concedidos legalmente antes da fusão ou da aquisição continuam a ser legais.
  11. Se uma empresa se cindir em duas ou mais empresas, os auxílios *de minimis* concedidos antes dessa cisão devem ser imputados à empresa que deles beneficiou, que, em princípio, é a empresa que assume as atividades para as quais os auxílios *de minimis* foram utilizados. Se tal imputação não for possível, os auxílios *de minimis* devem ser imputados proporcionalmente, com base no valor contabilístico do capital próprio das novas empresas na data da cisão efetiva.»;
- 4) O artigo 4.º é alterado do seguinte modo:
- a) No n.º 3, a alínea b) passa a ter a seguinte redação:
    - «b) O empréstimo estiver coberto por garantias que cubram pelo menos 50 % do seu montante e se o montante do empréstimo for de 185 000 EUR por um prazo de cinco anos ou de 92 500 EUR por um prazo de dez anos; se o montante do empréstimo for inferior aos referidos montantes e/ou for concedido por um prazo inferior a cinco ou dez anos, respetivamente, o equivalente-subvenção bruto desse empréstimo é calculado em termos da proporção correspondente do limite máximo *de minimis* fixado no artigo 3.º, n.º 2; ou»;
  - b) No n.º 6, a alínea b) passa a ter a seguinte redação:
    - «b) A garantia não exceder 80 % do empréstimo subjacente e o montante garantido for de 277 500 EUR com duração da garantia de cinco anos, ou o montante garantido for de 138 750 EUR com duração da garantia de dez anos; se o montante garantido for inferior aos referidos montantes e/ou a garantia tiver duração inferior a cinco ou dez anos, respetivamente, o equivalente-subvenção bruto dessa garantia é calculado em termos da proporção correspondente do limite máximo *de minimis* fixado no artigo 3.º, n.º 2; ou»;
- 5) No artigo 5.º, os n.ºs 1 e 2 passam a ter a seguinte redação:
- «1. Se uma empresa operar tanto no setor da produção primária de produtos agrícolas como num ou vários setores, ou desenvolver outras atividades abrangidas pelo Regulamento (UE) 2023/2831 da Comissão\*, os auxílios *de minimis* concedidos para as atividades no setor da produção agrícola ao abrigo do presente regulamento podem ser cumulados com os auxílios *de minimis* concedidos a estes outros setores ou atividades até ao limite máximo aplicável fixado no artigo 3.º, n.º 2, do Regulamento (UE) 2023/2831, desde que os Estados-Membros em causa

assegurem, pelos meios adequados, que a produção primária de produtos agrícolas não beneficia de auxílios *de minimis* concedidos em conformidade com o Regulamento (UE) 2023/2831.

2. Se uma empresa operar tanto no setor da produção primária de produtos agrícolas como no setor da pesca e da aquicultura, os auxílios *de minimis* concedidos para as atividades no setor da produção agrícola ao abrigo do presente regulamento podem ser cumulados com os auxílios *de minimis* concedidos para as atividades no setor da pesca e da aquicultura em conformidade com o Regulamento (UE) n.º 717/2014 até ao limite máximo fixado naquele regulamento, desde que os Estados-Membros em causa assegurem, pelos meios adequados, que a produção primária de produtos agrícolas não beneficia de auxílios *de minimis* concedidos em conformidade com o Regulamento (UE) n.º 717/2014.»;

---

\* Regulamento (UE) 2023/2831 da Comissão, de 13 de dezembro de 2023, relativo à aplicação dos artigos 107.o e 108.o do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios *de minimis* (JO L, 2023/2831, 15.12.2023, ELI: <http://data.europa.eu/eli/reg/2023/2831/oj>).»;

- 6) Ao artigo 5.º é aditado o seguinte n.º 2-A:

«2-A. Os auxílios *de minimis* concedidos em conformidade com o presente regulamento podem ser cumulados com auxílios *de minimis* concedidos em conformidade com o Regulamento (UE) 2023/2832 da Comissão\* até ao limite máximo fixado naquele regulamento, desde que os Estados-Membros em causa assegurem, pelos meios adequados, que a produção primária de produtos agrícolas não beneficia de auxílios *de minimis* concedidos em conformidade com o Regulamento (UE) 2023/2832.»;

---

\* Regulamento (UE) 2023/2832 da Comissão, de 13 de dezembro de 2023, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios *de minimis* concedidos a empresas que prestam serviços de interesse económico geral (JO L, 2023/2832, 15.12.2023, ELI: <http://data.europa.eu/eli/reg/2023/2832/oj>).»;

- 7) O artigo 6.º passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 6.º

### **Monitorização e comunicação de informações**

1. Os Estados-Membros devem assegurar que, a partir de 1 de janeiro de 2026, as informações sobre os auxílios *de minimis* concedidos são inscritas num registo central a nível nacional ou da União. As informações inscritas no registo central devem conter a identificação do beneficiário, o montante do auxílio, a data de concessão, a autoridade que concede o auxílio, o instrumento de auxílio e o setor em causa com base na nomenclatura estatística das atividades económicas na União («nomenclatura NACE»). O registo central deve ser criado de forma a permitir que o público aceda facilmente às informações, assegurando simultaneamente o cumprimento das regras da União em matéria de proteção de dados, incluindo através da pseudonimização de entradas específicas, se necessário.
2. Os Estados-Membros devem inscrever as informações enumeradas no n.º 1 no registo central sobre os auxílios *de minimis* concedidos por qualquer autoridade do

Estado-Membro em causa, no prazo de 20 dias úteis a contar da concessão do auxílio. Os Estados-Membros devem tomar as medidas adequadas para garantir a exatidão dos dados contidos no registo central.

3. Os Estados-Membros devem conservar registos das informações relativas aos auxílios *de minimis* durante dez anos a contar da data de concessão do auxílio.
  4. Um Estado-Membro só pode conceder novos auxílios *de minimis* em conformidade com o presente regulamento depois de ter verificado que, na sequência de tal concessão, o montante total de auxílios *de minimis* concedidos à empresa em causa não atinge um nível que ultrapassa os limites máximos fixados no artigo 3.º, n.ºs 2, 3 e 4, e que são respeitadas todas as condições previstas no presente regulamento.
  5. Os Estados-Membros que utilizem um registo central a nível nacional devem apresentar à Comissão, até 30 de junho de cada ano, dados agregados sobre os auxílios *de minimis* concedidos no ano anterior. Os dados agregados devem conter o número de beneficiários, o montante global dos auxílios *de minimis* concedidos e o montante global dos auxílios *de minimis* concedidos por setor (utilizando a «nomenclatura NACE»). Os primeiros dados apresentados devem ser referentes aos auxílios *de minimis* concedidos entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2026. Os Estados-Membros podem comunicar à Comissão informações relativas a períodos anteriores quando os dados agregados estiverem disponíveis.
  6. Mediante pedido escrito da Comissão, o Estado-Membro em causa deve transmitir-lhe, no prazo de 20 dias úteis ou num prazo mais longo fixado nesse pedido, todas as informações que a Comissão entenda necessárias para apreciar se as condições estabelecidas no presente regulamento foram respeitadas, em especial o montante total de auxílios *de minimis*, na aceção do presente regulamento e de outros regulamentos *de minimis*, que tenham sido recebidos por uma empresa.»;
- 8) O artigo 7.º é alterado do seguinte modo:
- a) É aditado o seguinte n.º 3-A:  
«3-A. Considera-se que todos os auxílios *de minimis* individuais concedidos entre 1 de janeiro de 2014 e [data de entrada em vigor da presente alteração] em conformidade com as disposições do presente regulamento aplicáveis no momento da concessão dos auxílios não preenchem todas as condições enunciadas no artigo 107.º, n.º 1, do Tratado, pelo que estão isentos da obrigação de notificação prevista no artigo 108.º, n.º 3, do Tratado.»;
  - b) É aditado o seguinte n.º 5:  
«5. Até que seja criado o registo central e este abranja um período de três anos, sempre que tencionem conceder auxílios *de minimis* a uma empresa em conformidade com o presente regulamento, os Estados-Membros devem informá-la por escrito, por via postal ou eletrónica, do montante do auxílio, expresso em equivalente-subvenção bruto, bem como do seu caráter *de minimis*, fazendo diretamente referência ao presente regulamento. Sempre que sejam concedidos auxílios *de minimis* a várias empresas em conformidade com o presente regulamento no âmbito de um regime de auxílios e a essas empresas forem concedidos diferentes montantes de auxílio individual ao abrigo desse regime, o Estado-Membro em causa pode optar por dar cumprimento à sua obrigação informando as empresas de um montante correspondente ao



montante máximo de auxílio que pode ser concedido ao abrigo desse regime. Nesses casos, o montante fixo é utilizado para determinar se o limite máximo fixado no artigo 3.º, n.º 2, foi respeitado. Antes da concessão do auxílio, o Estado-Membro deve obter da empresa em causa uma declaração escrita, em suporte papel ou em formato eletrónico, relativa à existência de quaisquer outros auxílios *de minimis* a que seja aplicável o presente regulamento ou outros regulamentos *de minimis*, durante um período de três anos.

9) No artigo 8.º, o segundo parágrafo passa a ter a seguinte redação:

«O presente regulamento caduca em 31 de dezembro de 2032.»;

10) Os anexos I e II são substituídos pelo texto do anexo do presente regulamento.

#### *Artigo 2.º*

O presente regulamento entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em

*Pela Comissão*  
*A Presidente*  
*Ursula VON DER LEYEN*

## ANEXO

**Montantes máximos cumulados dos auxílios *de minimis* concedidos pelos Estados-Membros às empresas do setor da produção primária de produtos agrícolas, a que se refere o artigo 3.º, n.º 3**

(em milhões de EUR)

Estado-Membro	Montante máximo dos auxílios <i>de minimis</i> <sup>8</sup>
Bélgica	169,67
Bulgária	85,38
Chéquia	105,96
Dinamarca	195,49
Alemanha	1 061,56
Estónia	20,22
Irlanda	170,89
Grécia	198,66
Espanha	915,04
França	1 365,06
Croácia	44,44
Itália	1 031,75
Chipre	12,33
Letónia	28,84
Lituânia	61,28
Luxemburgo	8,46
Hungria	149,71
Malta	2,03
Países Baixos	510,71

<sup>8</sup> Os montantes máximos serão calculados como 1,5 % da média dos três valores mais elevados da produção agrícola anual de cada Estado-Membro no período de 2012-2023. Devido à indisponibilidade de dados, para o Reino Unido no que diz respeito à Irlanda do Norte, é tido em conta o período de 2012-2022.

Áustria	146,67
Polónia	512,14
Portugal	160,70
Roménia	335,39
Eslovénia	22,58
Eslováquia	42,66
Finlândia	74,59
Suécia	111,30
Reino Unido no que diz respeito à Irlanda do Norte	44,97